



SEÇÃO: ARTIGOS

As Falas do Trono como fontes para a história da educação no Império (1823-1889): mapeamento e possibilidades de pesquisa

Speeches from the Throne as sources for the history of education in the Empire (1823-1889): mapping and research possibilities

Juarez José Tuchinski
dos Anjos¹

orcid.org/0000-0003-4677-5816
juarezdosanjos@yahoo.com.br

Recebido: 22 set. 2022.

Aprovado: 30 jul. 2023.

Publicado: 11 set. 2024.

Resumo: Enfocando as “Falas do Trono”, o objetivo do artigo é apresentar um mapeamento das referências à educação e instrução nesse *corpus* documental, bem como problematizar esse conjunto de discursos como fonte para uma escrita da história da educação brasileira no Império. Inicialmente, são caracterizadas as Falas em relação a sua estrutura e significado, para percebê-las como testemunhos históricos passíveis de questionamento. Em seguida, são apontados seus enunciadores ao longo do período imperial – D. Pedro I, Regente Diogo Feijó, D. Pedro II e a Princesa Isabel – para compreender como, não obstante as diferenças, o lugar de discurso converge para um sentido que não pode ser esquecido na interpretação dessas Falas: elas são sempre “discursos” do Trono. Na terceira parte, é apresentado um mapa indicando os anos em que foram localizadas referências à educação e instrução no conjunto das Falas, apontando algumas questões para a investigação deste *corpus* documental.

Palavras-chave: história da educação; fontes; Brasil Império; século XIX; Falas do Trono.

Abstract: Focusing on the “Speeches from the Throne”, the present paper aims at introducing a mapping of the references to education and instruction in this documental corpus, as well as problematizing this set of speeches as a source for a writing of the history of Brazilian education in the Empire. Initially, the Speeches are characterized in relation to their structure and meaning so they can be perceived as a historical testimony subject to questioning. Then, their enunciators throughout the imperial period are pointed out: Dom Pedro I, Regent Diogo Feijó, Dom Pedro II, and Princess Isabel in order to understand how, despite the differences, the place of speech converges to a meaning that may not be neglected in the interpretation of these Speeches: they are always “speeches” from the Throne. The third part introduces a map indicating the years where references to education and instruction were located in the set of Speeches, pointing out some questions for the investigation of this documental corpus.

Keywords: History of Education; Sources; Empire of Brazil; 19th Century; Throne Speeches.

Introdução

Entre 1823 e 1889, anualmente (exceto quando deixava de ser convocada a Assembleia Geral), as duas Câmaras reunidas no Rio de Janeiro assistiam a um ritual que marcava a abertura dos seus trabalhos, o qual ficou conhecido no Brasil como “Fala do Trono”, um pronunciamento feito pelo Imperador ou representante por ele delegado em que eram apontadas aos deputados e senadores as principais necessidades do



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Império, sobre as quais deveriam colocar sua atenção e esforços, por meio da aprovação de leis que as contemplassem. Dentre tais necessidades, em alguns anos, figurou a educação popular e instrução pública.

A sessão de abertura dos trabalhos das duas Casas, denominada Imperial, tinha lugar quase sempre no dia 3 de maio, contando com todo um aparato cerimonial, que visava evidenciar, por meio de uma série de gestos e atitudes, a função que a Constituição de 1824 atribuía à Assembleia Geral (como eram designadas as duas Câmaras quando reunidas) e ao Imperador: o papel de representantes da Nação (Brasil, 1826, art. 11). O cerimonial, aprovado por D. Pedro I em 1826 (Brasil, 1826) e mantido pelo Regimento Comum das Duas Casas em 1845 (Brasil, 1845), previa o protocolo a ser observado durante o Discurso do Monarca: todos deveriam permanecer em pé, enquanto ele, sentado no Trono, lembrava aos estadistas as necessidades do Império. Ao término dos trabalhos legislativos, uma nova Fala, dessa vez avaliando o que fora realizado e apontando novas necessidades, marcava a conclusão de mais um ano de trabalho dos legisladores.

No final do período imperial, em 1889, as Falas do Trono foram reunidas pelo Barão de Javari em forma de coletânea, tendo sido republicadas em 1977, pelo Instituto Nacional do Livro. Se as Falas do Trono não são desconhecidas na historiografia da educação (Almeida, 1989 [1888]²; Chizzotti, 2001; Moacyr, 1937; Quintanilha, 2006 – e outros), comparecem quase sempre para ilustrar uma ou outra posição oficial em torno de determinados aspectos da instrução, mas nunca como objeto de análise sistemática, que as tome como um *corpus* documental distinto, que possui significado e lógica próprios quando assim interrogado.

O objetivo do presente artigo é chamar a atenção dos historiadores para essa documentação, apresentando um mapeamento das referências à educação e instrução nas Falas do Trono, bem como problematizando esse conjunto de discursos como fonte para uma escrita da história da

educação brasileira no Império, ainda que sem a pretensão de uma análise exaustiva.

A pesquisa, de caráter histórico-documental, dialoga com historiadores que ajudam a abordar tanto aspectos de crítica documental – como Le Goff (1990) e Thompson (2009) – quanto aspectos historiográficos sobre o sistema monárquico em geral – Bloch (1993), Burke (1994) e Kantorowicz (1999) – e o sistema monárquico brasileiro (Schwarcz, 1999). No diálogo com esses e outros autores, em termos metodológicos, será empreendido um processo de teorização das Falas do Trono como fontes para se obter conhecimento histórico acerca da educação no período imperial.

O artigo divide-se em três partes. Inicialmente, são caracterizadas as Falas em relação a sua estrutura e significado, para percebê-las como testemunhos históricos passíveis de questionamento. Em seguida, são apontados seus enunciadores ao longo do período imperial – D. Pedro I, Regente Diogo Feijó, D. Pedro II e a Princesa Isabel – para compreender como, não obstante as diferenças, o lugar de discurso converge para um sentido que não pode ser esquecido na interpretação dessas Falas: elas são sempre “discursos” do Trono. Na terceira parte, é apresentado um mapa indicando os anos em que foram localizadas referências à educação e instrução no conjunto das Falas, apontando algumas questões para a investigação deste *corpus* documental. Ao final, são tecidas breves considerações, a modo de conclusão.

O que testemunham as Falas do Trono

Em 14 de outubro de 1889, um mês antes do golpe que daria fim ao Império no Brasil, o Barão de Javari, por mandado da Câmara dos Deputados, publicou uma coletânea intitulada “Falas do Trono”. Segundo esse estadista, a coletânea se constituía dos

[...] discursos da Coroa, onde vêm inseridos todos os esclarecimentos mais notáveis sobre o estado do país e onde se sugerem as providências reclamadas pelo bem público, os respectivos votos de graças, que quase sempre revelam o

² Para governo do leitor, as datas entre colchetes fazem referência ao ano de publicação do original.

acordo entre a maioria da Câmara e a direção política do ministério e as emendas que durante a discussão são apresentadas e nas quais as oposições revelam o modo diferente porque encaram a direção governamental dada aos negócios públicos, constituem um poderoso subsídio para o estudo do sistema representativo e da marcha progressiva do adiantamento de nossa pátria (Javari, 1977 [1889], p. 9).

Anteriormente a essa iniciativa, as Falas do Trono podiam ser encontradas esparsas e sob quatro formas, ao menos. Desde 1845, logo após ser pronunciada, era mandada "imediatamente imprimir para ser pública" (Brasil, 1845, artigo 15). Essa cópia impressa, com frequência, ia parar nas páginas dos periódicos que circulavam pelo Império, chegando assim a um público bem mais amplo que aquele presente nas galerias durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos. A terceira forma de divulgação era a sua impressão nas Coleções das Leis do Império do Brasil, na última parte, a dos aditamentos (cf. Brasil, 1880a [1826], por exemplo). Por fim, essas Falas ficavam registradas nos Anais da Câmara dos Deputados, que, impressos, eram enviados às Assembleias Provinciais, para conhecimento de todos (cf. Brasil, 1876 [1826], por exemplo). Desse modo, a atitude do Barão de Javari no sentido de divulgar as Falas do Trono não era nova; contudo, tinha um novo significado – e esse significado é uma primeira pista para o trabalho do historiador.

O Barão, por mandado da Câmara dos Deputados, reúne e organiza essas Falas num único lugar, para que constituam, escreve ele, "um poderoso subsídio para o estudo do sistema representativo e da marcha progressiva do adiantamento da nossa pátria". Pode-se dizer que o Barão reúne *documentos* dispersos para erigi-los em *monumento* de memória de um regime que vinha sofrendo seguidas investidas dos republicanos e, nós hoje o sabemos, viria, efetivamente, a dar seu último suspiro muito em breve. As proposições de Jacques Le Goff (1990) sobre o documento-monumento oferecem-nos um ponto de partida em relação a isso. A coletânea das Falas do Trono, encarada como *monumento*, queria por meio do poder perpetuar uma sociedade (Le Goff, 1990, p. 537) ou um regime de governo do corpo social.

Já como *documento*, revela-se "um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força dos que aí detinham o poder" (Le Goff, 1990, p. 546). É no encontro dessas duas vontades, a do documento que se faz monumento, que reside uma das inúmeras chaves de interpretação para esse testemunho histórico.

O objetivo anunciado da coletânea é a de ser um *poderoso subsídio para estudo do sistema representativo*, objetivo que, se tomado como uma evidência histórica intencional, para usar o conceito de Edward Thompson, já faz dessas próprias intenções um objeto de investigação (Thompson, 2009, p. 41). Ao reunir documentos dispersos e organizá-los, buscava-se legar, aos pósteros ou àqueles que se interessariam por conhecer as regras e o funcionamento do sistema representativo imperial, um conjunto de discursos organizados, sobretudo em sequência cronológica (a primeira fala é a de abertura da Assembleia Constituinte de 1823 e a última é a de encerramento da Assembleia de 1889), mas também, numa lógica interna, assim estabelecida: a Fala do Trono, seguida do Voto de Graças, acompanhada das emendas ao Voto de Graças, seguidas por sua vez da resposta do Imperador (quase sempre um lacônico "recebida com agrado") e encerradas com nova Fala, marcando o fim dos trabalhos legislativos anuais.

Com exceção das Falas do Trono, todos esses outros documentos foram produzidos a cada ano em função dessas Falas: o voto de graças expressava o compromisso oficial dos deputados e senadores em trabalhar de acordo com a vontade do soberano; as emendas, por sua vez, apontavam os desencontros entre as forças políticas que compunham as duas casas; a resposta do Imperador formalizava sua aceitação do disposto pelos legisladores; a fala de encerramento dava fim ao cerimonial do poder no Império do Brasil. Há nisso tudo uma "harmonia" tão grande que ela própria testemunha aquilo que jamais a política consegue ser: um grande consenso em torno dos rumos de uma nação. Todavia, em 1889, era muito importante tentar fabricar esse consenso para reafirmar que o regime de governo repre-

sentativo monárquico tudo fizera até ali para a boa ordem dos negócios do Brasil. É claro que o próprio Barão não ignorava os desencontros de opinião, mas claramente minimiza-os ao afirmar que apenas revelam um "modo diferente de encarar os negócios do país". Por meio dessa memória erigida em monumento, através de documentos reunidos, o conjunto das falas queria reafirmar a *marcha progressiva do adiantamento da pátria*, em que a exposição cronológica a que me referi anteriormente tentava criar a ideia de que o presente (em 1889) era melhor que o passado de 1823 e, se assim o era, devia-se, sobretudo, aos esforços do Imperador e da Assembleia, os legítimos representantes da Nação, que tudo vinham fazendo pelo bem do país.

Do que até aqui foi dito, as Falas do Trono, na condição de evidência histórica intencional, devem ser interrogadas como um testemunho da história política. Mas o risco da história política – ao menos daquela praticada pelos historiadores positivistas que acreditavam que, na coleção de documentos e na fidelidade ao seu conteúdo, se reconstituía o passado – é achar que ela explica tudo por si só, quando, mostra-nos Emmanuel Le Roy Ladurie (1994), ao investigar a formação do Estado Monárquico na França, a política é apenas mais um elemento da história da sociedade e não o seu determinante. Interrogá-la, então, como um elemento que procurou dar sentido a determinadas necessidades e abriu mão de outras, ao longo do período imperial, é outra possível chave de leitura e interpretação.

Segundo o Barão de Javari, nas Falas do Trono, poderiam ser encontrados os esclarecimentos "mais notáveis" sobre o estado do País, bem como as providências reclamadas pela Nação. Se colocarmos a atenção em apenas uma dessas necessidades, a que aqui mais nos interessa – a educação e instrução pública – já teremos algumas coisas a indagar. Num período de 66 anos, foi apenas por 25 vezes (ou seja, em 25 anos) que ela apareceu evocada como uma das necessidades sobre as quais era preciso legislar. Se aparentemente isso se explica pelo fato de que, a partir de 1834, a responsabilidade sobre a instrução

pública primária foi delegada às Províncias pelo Ato Adicional, três constatações são suficientes para demonstrar que isso não explica muito, mas apenas põe o problema sob outra ótica.

Primeiro: mesmo que a instrução primária tenha sido atribuída como competência das Províncias, os outros ramos de instrução continuaram sendo de responsabilidade do governo central, mas, com frequência, quando as Falas do Trono mencionam a instrução, a instrução primária é que vai se sobressair em relação aos demais graus de ensino. Segundo: a maior parte das referências à instrução nas Falas do Trono aparece no período posterior ao Ato Adicional, o que se, em parte, pode ser atribuído ao fato de ser esse um período maior, não esclarece sobre a razão de no período da "descentralização" continuarem a figurar como preocupação da Nação, o que, mesmo em se tratando de retórica política, possuía um significado que merece ser melhor investigado. Terceiro: não diz muito sobre o fato de sete das vinte e cinco referências, o maior bloco, estarem localizadas na última década do período imperial, como se verá adiante no mapeamento efetuado, sugerindo à primeira vista uma "má-distribuição" nas preocupações com a instrução pública ao longo do Segundo Reinado, ou um aumento com essa preocupação apenas no final do regime monárquico.

Ao trazer essa série de questionamentos, não quero cair no lugar comum, hoje bastante recusado pela historiografia, de considerar que o Império nada fez pela educação, mas, antes, quero chamar a atenção para o dado de que a recorrência de alguns temas em alguns anos – a educação e instrução pública em especial – ou a ausência em outros pode ser uma das pontes que permitirá transitar das evidências intencionais para as não intencionais, nas quais se pode conhecer o que não foi dito, mas que, presente na evidência histórica, pode ser revelado pelo questionamento do historiador (Thompson, 2009, p. 46). As questões são aqui, sobretudo, um convite para "demolir" – parafraseando Le Goff (1990, p. 549) – o monumento das Falas do Trono produzido em 1889 pela seleção e organização

de documentos efetuadas pelo Barão de Javari sob a chancela da Câmara dos Deputados, para, por meio da sua desconstrução, analisá-lo de maneira diferente.

As Falas do Trono: discursos de quem?

Um dado "óbvio" na leitura do *corpus* documental das Falas do Trono é o de que não foram pronunciadas por uma única pessoa ao longo do período imperial, visto que houve dois imperadores e dois reinados, para nos remetermos à clássica divisão de nossa história política. Entretanto, não foram apenas imperadores que pronunciaram Falas do Trono: outras cabeças, nem sempre coroadas, ao longo do período imperial, também tiveram a incumbência de abrir os trabalhos legislativos. Focando-nos apenas nas que se pronunciaram sobre a educação e instrução pública, temos quatro pessoas diferentes: D. Pedro I (1826 e 1830), o Regente Diogo Feijó (1836), a Princesa Isabel (1877, 1878) e D. Pedro II (até 1889).

Essa homogeneidade de enunciadores dos discursos também deve ser contemplada na análise das Falas do Trono como testemunhos para a escrita da história da educação, pois cada um desses atores, apesar do lugar de discurso, que, como lembra Michel de Certeau (2002, p. 77), "permite algumas coisas, torna possível e proíbe outras", certamente trouxe para seus pronunciamentos um pouco do seu modo de ver e conceber a política imperial e, consequentemente, a educação e instrução dentro desse quadro de referência. Todavia, se o ambiente e os traços específicos de cada um desses enunciadores de discurso precisam ser tomados em consideração – algo que o espaço deste artigo não permite realizar de modo satisfatório –, há outro aspecto que merece ser sinalizado: mesmo sendo muitos os enunciadores, o significado do discurso é único, pois remete sempre ao gesto de falar *a partir do trono* aos representantes da Nação.

A figura real no Brasil nunca gozou da alta sacralidade dos monarcas taumaturgos da França e Inglaterra, cuja ação política por meio da realeza

foi analisada por Marc Bloch (1993). Tampouco conseguiram ser absolutistas, no sentido lato do termo, conforme o fizera o Rei Sol, investigado por Peter Burke (1994). Entretanto, a monarquia representou ao longo do Império, para diferentes setores da sociedade, uma eficiente garantia de unidade política. Foi em torno de Pedro I que se consolidou a Independência. Mais tarde, foi velando pelo sono do órfão da Nação que a regência administrou o País, em meio a protestos e revoltas por toda parte. Ao antecipar a maioria, foi para, novamente em torno de um rei, mais menino do que adulto, garantir ao Império do Brasil a tranquilidade política que houve tentativas de separação, críticas infundáveis ao regime, agitações republicanas no início e no término do Império – não se pode negar. Mas, como lembra-nos Lilia Moritz Schwarcz, no período imediatamente posterior à Independência, bem como ao longo da própria experiência monárquica tropical,

A realeza aparecia em tal contexto como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento vivido pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação. Transcendendo a figura humana do Rei, as representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de "longa duração" que associavam o soberano à ideia de justiça, ordem, paz e equilíbrio (Schwarcz, 1999, p. 18).

Em face disso, a monarquia constitui-se num elo de equilíbrio entre as tensões políticas e as ideias divergentes em relação aos rumos do País. As Falas do Trono, nesse sentido, são testemunhos dessa tentativa de equilíbrio e unidade, nem sempre alcançada, mas intentada pelo Imperador ou seus representantes. Trata-se de um ato político, no qual tanto a ausência física do Imperador em determinados momentos quanto a sua própria presença como enunciador das Falas do Trono, na dinâmica do duplo corpo do Rei – ainda que guardadas as devidas distâncias entre a Inglaterra investigada por Kantorowicz (1999) e o Império Tropical analisado por Schwarcz (1999) –, evocava naquele momento o seu corpo político e a sua função de ponto de equilíbrio entre

a Assembleia Geral e a Nação.

Dentro dessa função, chamar a atenção dos senadores e deputados para os problemas e as necessidades da educação e instrução pública trazia sempre à baila uma das dimensões de implementação real desse equilíbrio, cuja aplicação prática, o historiador conhece, era sempre mais complicada do que a aparente harmonia das Falas do Trono parece sugerir, mas ela era legitimada, dentre outras coisas, também por elas. Esse diálogo dos corpos humanos (ou seja, o Imperador e seus delegados) com o corpo político do Rei, nos seus sucessos e fracassos ao longo do período imperial, é outra das facetas fundamentais para o questionamento das Falas do Trono como fonte para a história da educação.

A educação e instrução nas Falas do Trono

A partir da leitura da coletânea das Falas do Trono, no período de 1826 a 1889, foi possível identificar as referências à educação e instru-

ção nos Discursos do Rei³. Muitas vezes, faz-se apenas menção; em outras, tem-se o soberano discorrendo um pouco mais sobre o tema. De modo geral, porém, no conjunto dos discursos, esses temas nunca ocuparam mais do que um parágrafo dentre as preocupações a serem anualmente elencadas. Esse dado é um dos desafios para quem se propõe a investigar esse *corpus* documental, já que, por vezes, terá que aprender a fazer flecha com pouca madeira (Julia, 2001).

Um caminho para contornar o problema será, possivelmente, o da ampliação do próprio *corpus*, não analisando apenas as Falas, mas também os votos de graças, emendas e, possivelmente, os conjuntos de leis que de fato vieram a ser aprovados em cada um desses anos, trabalho, diga-se de passagem, bastante amplo, mas necessário para uma análise futura, que aqui apenas limito-me a assinalar.

O quadro a seguir, de forma sinótica, apresenta as referências à educação e instrução nas Falas do Trono, entre os anos de 1826 e 1823 (quadro 1).

QUADRO 1 – A educação nas Falas do Trono (1826-1889)

Ano	Pronunciador(a)	Temas	Conteúdo da Fala
1826	D. Pedro I	Educação da mocidade	"Deve merecer-vos sumo cuidado a educação da mocidade de de ambos os sexos" (p. 98).
1830	D. Pedro I	Educação da mocidade Ensino da religião e da moral cristã	"A Educação da mocidade, que tem constantemente sido objeto de minha imperial solicitude, requer toda a vossa atenção. É mister que os princípios da religião católica apostólica romana, que professamos, e que os preceitos da moral cristã sejam cuidadosamente ensinados e praticados nas escolas elementares em todo o Império" (p. 128).
1836	Feijó, Regente	Educação nacional Educação moral	"Augustos e digníssimos senhores representantes da nação. Os brasileiros tem necessidade de uma educação nacional: sem esta, nunca teremos acordo nos pontos mais vitais à sociedade. E se no sistema representativo só as maiorias decidem dos negócios mais importantes, quanto não é necessário generalizar certas máximas, para que possam elas predominar ao maior numero? A moral, fundamento da ordem, deve ser melhor ensinada, para que sirva de sustentáculo às leis, seja as consciências e seja a mais sólida garantia da pública prosperidade. Senhores, sem educação e sem moral, não é possível haver verdadeira civilização" (p. 173).

³ Neste levantamento, não incluí a Fala do Trono da Assembleia Constituinte de 1823 por duas razões. Em primeiro lugar, porque já foi objeto de análise por Chizzotti (2001). Em segundo lugar, a Fala, naquele momento, se revestia de uma característica bastante distinta das demais: era um convite não apenas para fazer leis, mas estabelecer a Carta Magna a ser jurada pelo Imperador. Assim, das 25 referências à instrução/educação a que me referi anteriormente, o quadro apresenta 24.

1843	Pedro II	Instrução pública	"Tenho que nesta sessão vos ocupareis desveladamente destes graves assuntos; bem como da instrução pública e dos meios de promover a introdução de braços livres, úteis ao país".
1851	Pedro II	Prover a educação popular	Pede, simplesmente, que "provejam a educação popular" (p. 278).
1854	Pedro II	Criação e melhoramento dos estabelecimentos de instrução	"O meu governo usará convenientemente das autorizações que lhe concedestes para a reforma de algumas repartições públicas e a criação ou melhoramento dos estabelecimentos de instrução" (p. 298).
1856	Pedro II	Reforma da instrução pública	Dentre outras medidas, "a reforma da instrução em seus diversos ramos [...] são provas irrefragáveis do vosso zelo e dedicação pelo engrandecimento do Brasil" (p. 308).
1857	Pedro II	Reforma da instrução pública	"As Reformas com que têm sido atendidos os diversos ramos do ensino vão produzindo os efeitos desejados" (p. 312).
1858	Pedro II	Difusão da instrução Moralização do povo	"Augustos senhores [...] difundir a instrução e moralizar o povo [...] tem sido o objeto de meus constantes desvelos e sê-lo-ão agora também dos vossos" (p. 316).
1860	Pedro II	Ensino agrícola	"A falta de ensino agrícola e de instituições de crédito rural atua cada vez com mais vigor sobre a principal fonte da nossa riqueza. A reforma da legislação relativa a hipotecas e a fundação de escolas agrícolas em que o ensino teórico seja acompanhado do indispensável estudo prático, são medidas que não podem ser retardadas" (p. 330).
1861	Pedro II	Ensino agrícola	"Facilitar quanto for possível os meios de comunicação, promover a aquisição de braços úteis, bem como a fundação de escolas práticas de agricultura e tudo quanto possa alimentar este principal ramo da produção nacional, é assunto de maior importância, digno seguramente de vossa solicitude" (p. 338).
1867	Pedro II	Instrução pública	Dentre preocupações como o elemento servil e a promoção da colonização, "de não menor desvelo se torna digna a instrução pública" (p. 374).
1868	Pedro II	Desenvolvimento da educação e instrução pública	"O desenvolvimento da educação e instrução pública deve ser um dos principais objetos do vosso desvelo" (p. 380).
1873	Pedro II	Educação popular Iniciativa particular	"A Educação Popular e a difusão das luzes, necessárias a diferentes classes sociais, carecem de um plano mais largo e aperfeiçoado, que vos será proposto. No intuito de realizar este fecundo pensamento, objeto de constante desvelo do governo, tem este procurado dar o mais acertado emprego aos meios que pode dispor e animar os beneméritos esforços que por toda a parte se manifestam no sentido, movimento que observo com maior satisfação e muito abona o caráter de nossos patriotas" (p. 415).
1874	Pedro II	Plano de melhoramento da instrução Ação da iniciativa particular	"A educação e instrução popular continuam a ser objeto dos mais assíduos cuidados do governo e servos-á apresentado um plano, tendente a dar sistemático e mais vigoroso impulso a esse progresso essencial, a que a iniciativa particular presta o mais louvável concurso" (p. 423).

1875	Pedro II	Ensino primário, secundário e profissional	"A falta de braços, de capitais e de instrução profissional, meios indispensáveis para fazer frutificar vantajosamente nosso vasto e fertilíssimo território, é o maior embaraço com que luta a agricultura, principal fonte de riqueza pública e particular. Não é fácil prover rapidamente a essas necessidades, mas tenho por certo que nossos perseverantes esforços irão mantendo a prosperidade nacional em seu progressivo andamento. Neste intuito chamo especialmente vossa atenção para os projetos concernentes a tão variados e vitais interesses da nossa sociedade. A lei do orçamento e o desenvolvimento do ensino primário, secundário e profissional, bem como a fundação de instituições de crédito, que auxiliem a lavoura, são medidas urgentes e dignas da solicitude com que as tendes considerado" (p. 431).
1877	Isabel, Regente	Ensino normal Auxílio às províncias	"A instrução pública continua a merecer do governo a maior solicitude. Foram criadas no município da Corte escolas de segundo grau, e as normais, destinadas a preparar professores para o ensino primário de ambos os sexos, terão de ser brevemente inauguradas. Nas províncias este ramo de serviço apresenta sensível progresso, limitado, porém, pela falta de meios de que podem dispor. Se os melhoramentos materiais por elas empreendidos tem recebido vosso auxílio, justificada será qualquer despesa que autorizeis para coadjuvar esse grande elemento de civilização" (p. 438).
1880	Pedro II	Melhoramento da instrução Ensino profissional	"Aproveitando os recursos com que dotastes a instrução pública, o Governo procurou melhorar o seu estado e prosseguirá neste empenho. [...] Auxiliar a lavoura, facilitando-lhe especiais capitais e ensino profissional, é ainda uma necessidade sentida geralmente, e que recomendo à vossa atenção" (p. 461).
1882	Pedro II	A instrução pública	"A instrução pública, que muito especialmente vos recomendo, continua a merecer os assíduos cuidados do governo" (p. 468).
1883	Pedro II	Reforma da instrução pública	"O governo não tem descuidado, o ensino público, mas necessita este de profunda reforma, da qual sem dúvida vos ocupareis, compenetrados de que não há assunto mais digno de vossa solicitude" (p. 476).
1886	Pedro II	Reorganização da instrução pública	"O estado do ensino, em seus diversos graus, reclama de vossa solicitude a reorganização deste importante ramo do serviço público" (p. 491).
1887	Pedro II	Reforma da instrução pública	"Reconhecida a necessidade da Reforma do Ensino em seus diversos graus, espero que tomeis em consideração o projeto, que já vos foi apresentado, sobre o ensino primário e secundário; bem assim a proposta que vos será submetida, alterando os estatutos das faculdades de direito" (p. 498).
1888	Isabel, Regente	Reorganização do ensino	"Reorganizar o ensino nos seus diversos graus e ramos, difundindo os conhecimentos mais úteis à vida prática e preparando com estudos sérios e bem dirigidos os aspirantes a carreiras que demandam superior cultura intelectual, é assunto que muito se recomenda à vossa patriótica solicitude" (p. 504).

1889	Pedro II	Criação de universidades O ensino religioso como tarefa da Igreja	"Entre as exigências da instrução pública, sobressai a criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais; a de duas universidades, uma ao sul e outra ao norte do Império, para centros de organismo científico e proveitosa emulação, donde partirá o impulso vigoroso e harmônico, de que tanto carece o ensino; assim como a de faculdades de ciências e letras, que, apropriadas às províncias, se vinculariam ao sistema universitário, assentando tudo livre e firmemente na instrução primária e secundária. Também vos recomendo a necessidade de atender ao desenvolvimento do culto e ensino religioso, pela criação de um bispado em cada uma das nossas províncias, em geral tão extensas, que não podem estar reunidas em poucas dioceses, sem prejuízo da ação e da doutrina pastoral" (p. 510).
------	----------	--	--

Fonte: Pedro I (1977a, 1977b) e Pedro II (1977a, 1977b, 1977c, 1977d).

O que esse mapeamento permite apontar no presente artigo consiste numa série de indagações, as quais apenas o enfrentamento do *corpus* documental poderá demonstrar se são adequadas ou não para o questionamento da evidência histórica das Falas do Trono. Todavia, concordo com Lucien Febvre (1943) que o problema é o começo de toda história e o historiador tem por característica fundamental não ser aquele que sabe, mas que procura e tenta compreender (Febvre, 2009), de forma que passo agora a elencar algumas questões iniciais que esse quadro parece possibilitar que sejam enunciadas, à luz das reflexões anteriores sobre o significado das Falas do Trono na conjuntura da política imperial brasileira do século XIX.

Uma primeira leitura do quadro aponta-nos que a preocupação com os diferentes ramos da instrução – a instrução primária, a instrução secundária, o ensino agrícola, profissional, a instrução normal e a universidade – foi distribuída de modo bem pouco homogêneo ao longo do período imperial. Conforme se percebe, em relação aos anos em que as Falas do Trono mencionam a educação/instrução, há uma concentração significativa na década de 1880. Nesse período, a grande tônica foi a do pedido do Imperador para que os representantes do legislativo realizassem uma reforma da instrução pública. Todavia, a ideia de reforma não era nova e já havia figurado nas Falas do Trono em 1856, 1857 e 1874.

Qual a razão de as Falas recuperarem e insis-

tirem nesse tema na década de 1880? Era um mesmo tipo de reforma? Se não o era, que mudanças ocorreram na perspectiva de reformar o ensino da década de 1850 e, então, na de 1880? Que alcance essas reformas queriam ter, ao serem solicitadas pelo Monarca a partir do Trono para a Assembleia Geral, com ele, representante da Nação? Até que ponto os pedidos do Monarca se converteram de fato em reformas no período abarcado por esses pedidos por ele dirigidos aos legisladores? O contraste das Falas com outras fontes – como os Anais da Câmara e do Senado – pode ser fecundo para que se teçam interpretações sobre esses apelos de reforma efetuados, do Trono, pelo Monarca.

Em que pese essa concentração temática, na duração mais ampla abrangida pelas Falas, é a preocupação com a instrução primária que mais emerge no *corpus* documental – mencionada diretamente 14 vezes, no período anterior à década de 1880. Outros temas que comparecem, ainda que com menos frequência, são o ensino agrícola, o ensino profissional, a criação de escolas normais e de uma universidade. Em relação à recorrência do tema da instrução primária – cuja implementação desde 1834 esteve delegada às Províncias –, torna-se interessante pensar qual a razão de ser evocada nas Falas do Trono. Se é certo que uma parte dessas referências pode ser explicada pelo fato de a instrução primária no município da Corte ter permanecido como atribuição do governo central, deve-se ponderar, porém, como

já assinala a historiografia sobre o tema, que ela serviu de base para a organização da instrução nas Províncias (Castanha, 2007, p. 510).

Assim, até que ponto as referências à instrução primária nas Falas do Trono podem testemunhar a consciência que o Imperador e os políticos tinham dessa influência do modelo escolar da Corte sobre as Províncias? Seria nesse sentido que ela era evocada na Fala do Trono? Ou seria apenas retórica política? E, se o foi, qual o efeito da retórica na produção e organização da escola primária? Por outro lado, se os outros ramos do ensino – com exceção do ensino normal – permaneceram como responsabilidade exclusiva do poder central, como explicar a pouca referência a eles nas preocupações da Nação, conforme podem ser tomadas, a partir do lugar de fala do discurso do Rei? Estariam melhor estabelecidos que o ensino primário e, por isso, ausentes nas preocupações? Ou, então, que outra ordem de fatores pode explicar essa presença tímida no conjunto das falas? De novo, o cruzamento de diferentes Falas com outras fontes – como as já mencionadas – parece fundamental para a construção de respostas.

Um terceiro aspecto diz respeito à finalidade atribuída aos diferentes ramos de instrução que se trazia à lembrança dos legisladores. Ficando no exemplo da instrução primária, a mais lembrada, dois sentidos se cruzam e se tocam: o da educação e da instrução. Nas primeiras falas do Trono, não se menciona diretamente a instrução, mas, sim, a educação: a educação da mocidade (Pedro I, 1977a, 1977b), a educação nacional e moral (Feijó, 1977) e a educação popular (Pedro II, 1977b). A educação possui, como se sabe, um sentido mais amplo, do qual a instrução é apenas um dos aspectos que possibilita que a primeira se concretize (cf. Chervel, 1990).

Desse modo, o que significava, a partir do testemunho das Falas do Trono, educar e instruir? Em que medida a instrução foi posta a serviço da educação? E a qual educação se queria chegar? E, em decorrência, qual foi a instrução que se quis oferecer, dentro desse quadro de finalidades mais ou menos estabelecidas nas falas entre

1826 e 1851? Como isso se converteu, na prática, na aprovação de leis, especialmente no período anterior ao Ato Adicional?

Por outro lado, a ênfase à educação diminuiu a partir de 1851 para dar lugar às preocupações com a instrução. Ainda antes de 1851, na primeira menção que faz ao tema, D. Pedro II pede atenção para a instrução pública (Pedro II, 1977a) e volta a fazê-lo em 1854, 1856, 1857 e também depois. No entanto, ele também retoma a preocupação com a educação e a moralização, inclusive trazendo novas dimensões para o problema. Na Fala em 1858, lembra aos legisladores que "difundir a instrução e moralizar o povo [...] tem sido objeto de meus constantes desvelos e sê-lo-ão agora também dos vossos" (Pedro II, 1977c, p. 316). Dez anos mais tarde, toca na mesma tecla afirmando que "o desenvolvimento da educação e instrução pública deve ser um dos principais objetos dos vossos desvelos" (Pedro II, 1977d, p. 380). Por fim, a partir de 1875, o tema da educação desaparece para dar lugar apenas às preocupações com a reforma e o melhoramento da instrução. Será que a partir desse período houve uma mudança no significado e no sentido atribuído à instrução; talvez, teria a educação a ela sido subordinada? Se não, qual era a finalidade que, a partir das Falas do Trono, se poderia apontar para a educação no final do período imperial, e como ela se relaciona ou não com as finalidades das primeiras décadas do regime monárquico?

Uma quarta ordem de questionamentos, para retomar a ideia de documento-monumento presente na coleção das Falas do Trono, organizadas cronologicamente – como o quadro aqui apresentado também o foi –, recorda que é oportuno interrogar sobre o que poderia ser o progresso que o Barão de Javari queria destacar ao organizar as Falas do Trono, particularmente no que diz respeito à educação, se tomarmos o progresso como aquela ideia na qual o presente é sempre melhor que o passado, um quadro no qual a cronologia se põe a serviço da afirmação do juízo de valor.

O que teria, na ótica do Barão, se processado como melhoria na organização da Nação naqui-

lo que diz respeito à instrução e educação dos brasileiros durante o regime monárquico? Esse melhoramento, de algum modo, se evidenciava no apelo por reformas? Em tentativas de centralização? Na mudança de finalidades em torno da instrução primária, como as que sugerimos aqui? Como as Falas do Trono, interrogadas em relação aos demais documentos da coletânea, permitiriam ou não a ele produzir tais sentidos em 1889? Até que ponto elas se confirmam, tensionam ou não se sustentam como experiências históricas concretas em torno da instrução pública, lidas à luz das Falas do Monarca?

O quinto aspecto que vale ter presente no questionamento desse *corpus* documental é aquele que diz respeito às Falas do Trono como testemunhos da presença e da função de equilíbrio que a monarquia teve ao longo do período imperial. Em que medida as preocupações com a instrução e educação da Nação – discursos do corpo político do Rei – se revelam como estratégia de sustentação desse equilíbrio? Apesar das aparentes mudanças de direção e de foco de preocupação – ora a educação, ora a instrução, ora a instrução primária, ora as reformas –, que sentidos permanecem e quais se modificam naquilo que os põem em relação direta com a necessidade de equilíbrio e unidade do Império, exercidas pelo Imperador, a partir do Trono do Brasil?

Um último aspecto sobre o qual é importante se manifestar na análise das Falas do Trono é o de que elas se constituem um interessante filtro cultural (cf. Ginzburg, 1991), ou seja, elas permitem apreender determinadas experiências a partir de um ângulo específico, que, embora não seja absoluto – como nenhum testemunho histórico pode sê-lo –, permite construir, a partir dessa sua condição de filtro, diferentes interpretações que, no seu conjunto, podem confirmar experiências já conhecidas ou recolocá-las aos olhos do historiador de modo diferente. Esse papel de filtro para o conhecimento histórico me parece estar evidente quando se percebe que várias das questões que fui pontuando até aqui já vêm sendo respondidas, a partir de outros documentos, por

vários historiadores. Entretanto, ao serem feitas diante de um outro *corpus* documental, no confronto com outra ordem de evidências históricas, permitem a produção de novas explicações. Creio que essa é a grande contribuição que a análise das Falas do Trono como fonte pode oferecer para nosso conhecimento sobre a história da educação brasileira no período imperial.

A modo de conclusão

Ao longo deste artigo, procurei apresentar um mapeamento das referências à educação e instrução nas Falas do Trono, bem como problematizar esse conjunto de discursos como fonte para uma escrita da história da educação brasileira no Império.

Foi possível perceber uma presença significativa desses temas nos discursos pronunciados pelo Imperador ou seus representantes ao longo do período monárquico brasileiro, revelando-se, assim, a pertinência de se tomar esse *corpus* documental como evidência histórica. Se, por um lado, as Falas possuem um sentido em si mesmas, como procurei demonstrar na primeira e na segunda seções do texto, forçoso é reconhecer que, para se perseguir boa parte das questões enunciadas na terceira parte, impõe-se a necessidade de cruzamento das Falas com outros documentos do período. A meu ver, isso não diminui a importância desse material, mas desafia os historiadores que forem utilizá-lo a proceder a um duplo movimento: interrogar as Falas do Trono à luz de outras fontes da época, mas, também, permitir que as Falas iluminem essas outras fontes, contribuindo, assim, para a escrita de uma história política da educação no Brasil Império. Trata-se de um aspecto ainda pouquíssimo explorado pela historiografia brasileira imperial e para o qual a documentação aqui explorada pode ser uma alternativa.

Referências

- ALMEIDA, J. R. P. História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889). Brasília: Inep, 1989 [1888].
- BLOCH, M. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Endereço para correspondência

JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS

Universidade de Brasília (UnB)

SQN 214, Bloco D, Ap. 213, 70.873-040, Asa Norte

Brasília, DF, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.